

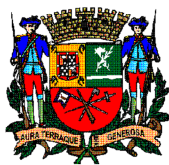
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 006 – 26/07/2017

1

1 Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil e dezessete, às dezessete horas, no Auditório Mário
2 Covas iniciou-se a reunião ordinária do COMUS, sendo presidido pelo Usuário, Presidente Conselheiro
3 Adelino Pezzi, que iniciou pedindo a composição da Mesa, começando pelo secretário adjunto Luíz
4 Ricardo, representando a secretaria, o Vice-Presidente Conselheiro André, e o 2º Secretário conselheiro
5 João Carlos. Combinou com o pleno que a manifestação dos participantes da mesa deverá ser de 3
6 minutos. O **conselheiro André** iniciou cumprimentando os participantes, visitantes e fez uma breve
7 explicação sobre o trâmite realizado para elaboração e aprovação da ata, que basicamente consiste na
8 transcrição do que é falado na reunião, representando o que foi tratado na reunião com o pleno e
9 lembrou que a ata ordinária de nº 005 – 28/06/2017, foi enviada a todos os conselheiros através de e-
10 mail e os conselheiros que não possuem e-mail, receberam uma cópia impressa. Caso houvesse alguma
11 alteração que os conselheiros enviassem por e-mail a correção para a secretária executiva do COMUS,
12 Sra. Érika, além de poderem realizar algumas ponderações no pleno. O **conselheiro Adelino** lembrou aos
13 munícipes que querem fazer uso da palavra, que após início da reunião teriam 15 minutos para fazer a
14 inscrição, e falou sobre o tempo de fala de cada manifestante, que foi proposto que seria de 3 minutos ao
15 invés de 5, como está no regimento, e o pleno concordou, assim como foi feito nas últimas reuniões. O
16 **conselheiro André** seguiu dizendo que era para os conselheiros se manifestarem caso tivessem alguma
17 ressalva para a aprovação da ATA, e o **conselheiro Salvador Arnone** solicitou verificação e correção das
18 linhas nº 236 e nº 379. Em sequência foi dado continuidade da aprovação da ata que foi aprovada por
19 unanimidade após encaminhamentos das ressalvas e devidas correções. O **conselheiro André** fez a
20 leitura da lista de ausências justificadas da reunião ordinária do dia 26 de julho de 2017, onde foram
21 justificadas as ausências de Elaine Roma – segmento usuário; Maria de Fátima Silva – segmento usuário;
22 Cristina Cunha – segmento gestor; Dr. Oswaldo Kenzo Huruta – segmento gestor; Landri Padial Martins –
23 segmento trabalhador; Angela de Jesus Santos – segmento trabalhador; Roberto Lage Guedes – segmento
24 usuário; Wagner Marques – segmento gestor; Marcelo Augusto Ferreira – segmento gestor; Paulo Renato
25 R. Macedo – segmento usuário; Meire Cristina Ghilarducci – segmento prestador; Flávia Fidalgo –
26 segmento trabalhador. O **conselheiro Adelino** prosseguiu dizendo que foi recebido um ofício da AEA -
27 Associação de Engenheiros e Arquitetos, referente a substituição do representante Arquiteto Walter
28 Brant Zaroni de Paiva, pelo Engenheiro Civil Umberto Ghilarducci Neto, que encontrasse empossado. E
29 lembrou que a vaga no conselho é da instituição, e que a mesma pode fazer a troca de seus
30 representantes a qualquer momento. Falou sobre a eleição do CGU da UBS Jardim Americano, que
31 ocorreu no dia 24 de julho de 2017, parabenizou a UBS pela eleição e pediu encarecidamente a
32 colaboração do pleno, para incentivar a participação nos CGU's, visto que ainda há uma grande
33 dificuldade de interesse das pessoas, considerando que a unidade atende cerca de 11.000 pacientes e
34 contou com apenas 6 candidatos para votação. Além disso, informou sobre uma reunião com o prefeito
35 na Prefeitura, realizada no dia 06 de julho de 2017, com a participação dos representantes das comissões,
36 com o presidente da comissão de saúde da Câmara Municipal Dr. Elton, Carolina Buck diretora do
37 Departamento de Atenção Básica, e o secretário Dr. Oswaldo Huruta, além de outros conselheiros. Onde
38 relatou que foi uma reunião muito produtiva, e que após aprovação, a ata da reunião será apresentada
39 aos demais conselheiros. Falou sobre um assunto comentado na última reunião do COMUS, que ainda



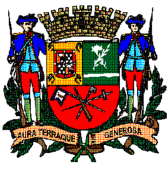
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 006 – 26/07/2017

2

40 está sendo tratado pela comissão de ética, onde no dia 07 de julho haverá uma reunião, e logo será dado
41 um parecer aos conselheiros. Comunicou que os alarmes sonoros das unidades foram desligados a pedido
42 dos moradores da região, e que foi feito um levantamento juntamente com o COI, após arrombamento
43 na UBS Santana. Informou também que as moções apresentadas na reunião anterior, foram devidamente
44 encaminhadas e que a indicação para representação do COMUS no COMAN, pelos conselheiros Salvador
45 Arnone e Laura Marrocco, conforme citado na reunião anterior, encontram-se formalizados. Além disso,
46 lembrou ao secretário adjunto Luíz Ricardo, que as informações sobre o SER, e CAPS que foram solicitadas
47 para a secretaria estão sendo aguardadas pela comissão de políticas públicas. O **conselheiro João Carlos**
48 **Ap. Machado** parabenizou a todos em comemoração pelo dia dos avós, ressaltando a importância da
49 valorização e cuidado com os avós. O **secretário adjunto Luiz Ricardo**, agradeceu a participação de todos
50 na reunião, considerando louvável a presença e o interesse coletivo de todos os presentes. Retomou um
51 item citado pelo conselheiro Adelino no qual se refere ao problema da falta de segurança nas unidades,
52 tendo em vista que este ano houveram cerca de 10 arrombamentos nas unidades, questão essa
53 levantada na reunião de comissão de RH. Disse que a reativação dos alarmes já foi solicitada através de
54 um ofício encaminhado para o COI, e salientou que esses tipos de arrombamentos são um fato triste,
55 uma vez que as unidades acabam sendo depredadas. Falou sobre o memorando 22/COMUS/2017,
56 referente informações do SER, onde desde 2014 foi encaminhado ao Ministério de Saúde, com a
57 solicitação de habilitação do projeto no município, e que ainda não foi efetivado. Lembrou que o projeto
58 SER refere-se a centros especializados de saúde, elaborado pelo município e encaminhado para
59 aprovação. Comprometeu-se a realizar uma reunião no início do mês de agosto, juntamente com a
60 equipe técnica envolvida da secretaria, para esclarecimentos de dúvidas em relação ao projeto. O
61 **conselheiro Adelino** lembrou dizendo que há um tempo atrás a Dra. Paula Carnevale pautou alguns itens
62 a serem discutidos, e o **conselheiro Luiz Ricardo**, respondeu dizendo que os itens pautados
63 anteriormente podem ser discutidos e retomados em uma reunião posteriormente agendada, tendo em
64 vista a necessidade de verificação de algumas questões. Aproveitou para enumerar algumas ações da
65 secretaria no mês de julho, a primeira delas refere-se a um mutirão de cirurgias ortopédicas de alta
66 complexidade realizada pelo Hospital Municipal, onde ao todo serão realizadas 16 cirurgias, sendo 4 por
67 dia. Tendo em vista que há uma demanda reprimida no município, e de custo elevado, envolvendo a
68 parte de órteses e próteses e que no decorrer dos anos as filas aumentaram, uma solução primária
69 encontrada a fim de equacionar essa situação são os mutirões. Outra ação levantada foi a 1ª Plenária
70 Municipal de Vigilância em Saúde, em preparação à Conferência Regional de Vigilância em Saúde, com a
71 participação do COMUS, que reuniu 75 pessoas no dia 5 de julho de 2017. Um evento promovido pela
72 Prefeitura, por meio da Secretaria de Saúde e com apoio do COMUS, que recebeu 21 propostas e eleitos
73 14 delegados que representarão a cidade na Conferência Regional. Pontuou também que a prefeitura
74 conseguiu zerar a demanda reprimida do exame de BERA – Potencial Evocado Auditivo do Tronco
75 Encefálico, onde o município através de um mutirão iniciado em abril, realizou 180 exames, entre crianças
76 e adultos que aguardavam há quase 1 ano pelo exame. E atualmente são atendidas somente demandas
77 geradas durante o mês. Abordou uma questão citada pelo prefeito, que se refere à questão da chegada
78 da UBS Resolve, na UBS Dom Pedro I, onde foram totalizados aproximadamente 55 mil exames



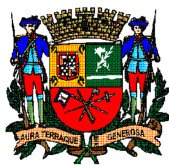
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 006 – 26/07/2017

3

79 laboratoriais, dentre as 6 unidades que já foram contempladas pelo programa. Além disso, informou que
80 os mutirões irão se estender até o final do ano, pois São José dos Campos realiza cerca de 750 cirurgias,
81 entre hérnia, vesícula e laqueadura. E através de um acordo firmado com o Hospital Municipal, a cidade
82 foi contemplada com uma verba de R\$ 990.000,00 reais, pleiteada com o Governo Federal, tendo esse
83 recurso captado para utilização em cirurgias. Outra questão abordada foi que a prefeitura de São José dos
84 Campos, através de um novo contrato firmado com a SPDM, dará continuidade ao gerenciamento do
85 Hospital Municipal, lembrando que o contrato foi remodelado, através de um novo contrato que será
86 vigente para os próximos 24 meses, envolvendo todo o processo de chamamento, desde a construção do
87 novo plano de trabalho, com a participação de todos os envolvidos na secretaria e na questão jurídica
88 com apoio da Dra. Temi. Foi feita uma revisão das metas, com aumento das metas cirúrgicas,
89 ambulatoriais e exames, esperando que após essa readequação do contrato o hospital possa ampliar o
90 atendimento à população. Agradeceu o apoio e dedicação do Hospital Municipal em cuidar dos
91 munícipes. O **conselheiro Adelino**, disse que esteve presente no Hospital Municipal, com o assessor de
92 gabinete Renato Zecca, e que o Dr. Carlos Maganha e o Dr. Marco Antônio, permitiram que fossem
93 visitados os conjuntos de leitos de internação para cirurgias eletivas, denominado ala de retaguarda e o
94 salão de observação do Pronto Socorro, atualmente reformados. Convidou os conselheiros a visitarem o
95 hospital e conhecerem quais as melhorias que estão sendo realizadas, voltado à eliminação de
96 desperdícios, aumento na produtividade e qualidade no atendimento. Perguntou se havia alguma matéria
97 da ordem do dia para a pauta da próxima reunião ordinária e algum pedido de inscrição do dia
98 emergencial justificada e devidamente aprovada pelo pleno. A **conselheira Paula Carnevale** – segmento
99 trabalhador reforçou a necessidade da secretaria apresentar os itens solicitados juntamente com o Dr.
100 Othon Mercadante, lembrando-se da importância de explicar o que é a UBS Resolve, com será feita a
101 continuidade do Programa Estratégia Saúde da Família, e questões como contratação dos médicos. Pediu
102 para que sejam retomados esses pontos, e que seja tratada a proposta da secretaria referente à atenção
103 primária, incluindo a remuneração médica, levando em consideração que esses pontos são muito
104 importantes, uma vez que os casos de depredações e furtos nas unidades mostram que não está havendo
105 um vínculo entre comunidade local e unidade. Alertou que essa questão vai além de segurança pública, e
106 que envolve questões sociais, políticas públicas e de integração de serviços. O **conselheiro Adelino**
107 aproveitou a fala da Dra. Paula para pedir ajuda aos conselheiros, para que expliquem aos moradores a
108 necessidade da integração entre os moradores e as unidades, pois quando se fala em segurança nas
109 unidades, não se refere somente ao patrimônio, mas também aos usuários e funcionários. O **conselheiro**
110 **Walter de Lucca** pediu que fosse colocada como pauta para a próxima reunião, a falta de funcionários nas
111 unidades. O **conselheiro Adelino** respondeu dizendo que a comissão de RH já foi instaurada, e que será
112 realizada uma reunião com o conselheiro Luís Ricardo e outros representantes da secretaria, onde o
113 assunto será pautado, bem como as ações que estão sendo tomadas pelo gestor e que a ata com as
114 descrições do que foi definido ainda não está pronta. O **conselheiro Walter de Lucca** reforçou a
115 necessidade de ser esclarecido aos conselheiros, o trabalho que está sendo realizado, uma vez que há
116 muitas reclamações referentes aos déficits de profissionais nas unidades. O **conselheiro Adelino**
117 respondeu dizendo que a secretaria reconhece o problema e que essa questão ainda está sendo



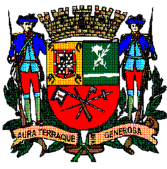
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 006 – 26/07/2017

4

118 discutida, de tal maneira que o COMUS instaurou a comissão de RH, e vem acompanhando os trâmites
119 realizados pela secretaria. A **conselheira Maria Neri** – segmento usuário, disse que gostaria que a
120 secretaria junto com os outros itens a serem discutidos, se pronunciasse sobre o programa municipal de
121 DST – AIDS, pois todos os dias vêm ocorrendo novas notificações de reagentes, pedindo assim que o
122 assunto entrasse como pauta para a próxima reunião. O **conselheiro Paulo Canelas** – segmento gestor
123 chamou atenção para alguns itens, que são de conhecimento do presidente e vice-presidente da mesa,
124 que foram pautados em uma reunião realizada com o secretário Dr. Osvaldo Huruta, e gostaria de saber
125 como ficou o planejamento da saúde, uma vez que não foram apresentados aos conselheiros ainda, e que
126 consequentemente na maioria das vezes ficam sabendo de algumas coisas aleatoriamente e de supetão.
127 Disse que alguns casos antigos ainda persistem sem solução, bem como a falta de segurança nas
128 unidades, levantada pelo conselheiro há muito tempo. Informou que foi realizada uma reunião com o
129 comandante da guarda civil com a presença do presidente do COMUS e que a alegação dada foi a falta de
130 contingente humano e viaturas. Lembrou que tal responsabilidade não deve ser repassada para polícia
131 militar, uma vez que a mesma não tem condição em manter um policial na porta de cada unidade de
132 saúde, zelando pelos usuários e funcionários, a menos que se extinguisse a guarda municipal, levando em
133 consideração que ela não desempenha sua função principal que é a de zelar pelo patrimônio municipal,
134 ressaltando que seria uma despesa a menos no momento atual. Disse também que caso seja solicitado
135 uma relação com fotos e relatórios, será feito e apresentado na próxima reunião, ressaltou a necessidade
136 de se acompanhar essas ações, para que não ocorram mais esses tipos de questionamentos e que sejam
137 solucionados. O **conselheiro Luiz Ricardo**, falou que a questão do RH é antiga, e que a reposição de
138 profissionais é um problema que persiste em muitas secretarias, e dentro das reuniões que participou, há
139 duas propostas básicas que vem sendo estudadas para que sejam implantadas; uma é a possibilidade de
140 terceirização de alguns serviços da secretaria, ou seja, colocar determinado serviço como UPAS, sob
141 responsabilidade de OS por meio de um processo licitatório. E os profissionais advindos do regime
142 estatutário, seriam redistribuídos nas demais unidades. Lembrou que essa proposta já foi apresentada
143 pelo prefeito, entretanto devem ser estudadas e verificadas, antes de qualquer implantação. Uma vez
144 que o próprio tribunal de contas exige um estudo de vantajosidade, bem como uma série de etapas legais
145 a serem cumpridas. Lembrou que dentro desses 6 meses iniciais de gestão, muitas questões foram
146 resolvidas, e que em relação ao déficit de profissionais, uma das estratégias que serão tomadas está na
147 terceirização, através de chamamento público ou licitação, objetivando otimização. Além disso, falou
148 sobre outra ação que já está em andamento, e deve ser publicada no próximo mês, na qual será aberto
149 um regime de credenciamento médico, prevendo a reposição de médicos clínicos, pediatra e
150 ginecologista nas unidades básicas. Explicou que será aberto um edital, realizado através de um estudo,
151 que não fere a isonomia salarial, visando reduzir a fila de espera por consulta básica. O **conselheiro André**
152 prosseguiu dizendo que o grande problema em relação à fixação dos médicos, é a questão da
153 remuneração que não é suficiente para os médicos. Questionou sobre o que o credenciamento agregaria
154 para o médico, quais as vantagens e pediu esclarecimento sobre a diferença entre contratação via
155 concurso público e credenciamento. O **conselheiro Luiz Ricardo**, explicou que o grande diferencial do
156 credenciamento está em não ferir o princípio da isonomia salarial, preconizando o que é solicitado pelo



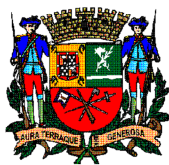
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 006 – 26/07/2017

5

157 Ministério da Saúde de 4 consultas/hora, e que a vantagem é que o médico receberá por produção, ou
158 seja dentro dos parâmetros criados, há a possibilidade de se receber por quantidade de consultas
159 realizadas estando assim, balizados com a isonomia salarial do médico carreirista também. O **conselheiro**
160 **André** perguntou por que a secretaria de saúde não realiza uma parceria com os prestadores de serviços
161 filantrópicos, considerando que já realizam prestação de serviços para o município e tendo em vista que
162 são parceiros ideais de acordo com que a legislação preconiza para o SUS. O **conselheiro Luiz Ricardo**
163 respondeu dizendo que dentro do modelo que foi aplicado, foram estudados outros locais que atuam
164 com esse modelo, e que esse modelo adaptado para São José dos Campos, oferece a possibilidade de
165 médicos como pessoa física e jurídica estarem atendendo dentro das unidades básicas de saúde.
166 Esclareceu que está sendo fortalecidas as parcerias com todos os filantrópicos da cidade, relacionados aos
167 serviços que já são prestados. O **conselheiro Adelino** sugeriu que tal assunto fosse discutido na reunião
168 de comissão de políticas públicas. A **conselheira Maria Tereza** – segmento trabalhador, disse que é
169 preocupante a estratégia proposta pela secretaria, de terceirização das UPAS com o remanejamento dos
170 servidores, a fim de solucionar o déficit de RH nas unidades. Disse que o conselheiro Luiz Ricardo falou
171 que está sendo feito um estudo, relacionado a orçamento e custo e gostaria de saber o que está sendo
172 pensado enquanto impacto sobre a vida de cada trabalhador, tendo em vista que os profissionais serão
173 remanejados, e provavelmente ficarão distantes de suas residências, que muitos profissionais fazem
174 horas extras, e com tal remanejamento as horas extras serão cortadas e conseqüentemente os salários
175 serão reduzidos. Pediu que a secretaria trabalhe com transparência, pois os profissionais possuem uma
176 ferida não cicatrizada, que foi a terceirização do Hospital Municipal, sem uma prévia comunicação. Disse
177 que concorda que os servidores devem estar onde a prefeitura solicita, porém, sempre com o amparo do
178 estatuto, que prevê os direitos e deveres do servidor. O **conselheiro Adelino** lembrou a todos os
179 conselheiros que as comissões são abertas a todos, bem como conselheiros e convidados. Reclamou que
180 na reunião de comissão de políticas do dia 25/07/2017, participaram apenas 4 conselheiros, de um total
181 de 12 inscritos. Disse que entende que a participação é voluntária, além de problemas com horário, e que
182 fica entristecido quando alguém fala que as ações devem ser feitas com transparência, pois participa de
183 quase todas as comissões, dando apoio à estruturação das comissões. O **conselheiro Luiz Ricardo**,
184 respondendo ao questionamento da conselheira, disse que um dos princípios que deve ser levantado é
185 sim o respeito ao servidor, sendo feito da melhor forma possível, e que com certeza o RH terá esse
186 cuidado, de maneira que o impacto seja o menor possível. E que o princípio de todas as ações é o ganho
187 coletivo, visando mudar uma realidade existente, onde posteriormente o ganho de efetividade e
188 produtividade com a terceirização será maior. O **conselheiro Adelino** pediu para que a secretária
189 executiva Sra. Érika e o conselheiro João Carlos, passassem a lista para os conselheiros que ainda não se
190 inscreverem e que tenham interesse em participar das comissões. Lembrou que no regimento do COMUS,
191 uma das obrigações dos conselheiros, é de participar no mínimo de uma comissão. E que atualmente o
192 COMUS não vem exigindo isso, e fica a critério dos conselheiros tal participação. A **conselheira Paula**
193 **Carnevale** – segmento trabalhador, disse que a discussão atual, reforça novamente a importância da
194 secretaria falar sobre o planejamento da saúde para a atenção primária, pois o credenciamento de
195 médicos, que ganharão por produção é preocupante; questionou quais serão os critérios para que o



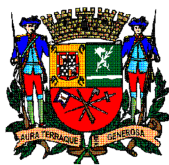
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 006 – 26/07/2017

6

196 trabalho do profissional seja considerado efetivo, uma vez que somente a quantidade de consulta
197 realizada não é considerada um indicador, tendo em vista as ações apresentadas pela própria secretaria,
198 na qual se referem ao trabalho da saúde da família, onde houve reduções nas causas evitáveis, redução
199 de nascimento de baixo peso e parto prematuro. Perguntou se haverá tal proposta de credenciamento de
200 médicos, qual o indicador que mostrará se realmente essa é uma boa proposta, visto que atualmente se
201 caminha ao contrário do que é esperado de uma atenção primária efetiva, que faça vínculo com o
202 território, profissionais e integrados a outros serviços de saúde. Solicitou que a secretaria esclareça qual a
203 proposta para saúde no município e atenção primária, possibilitando entendimento de como as
204 proposições e movimentos, conversaram com o que se espera de um serviço efetivo e de qualidade, que
205 a cidade tem condições de oferecer. O **conselheiro Adelino** deu sequência à reunião e solicitou que a Dra.
206 **Margarete** iniciasse a sua apresentação. A **Dra. Margarete** iniciou agradecendo o COMUS pela
207 oportunidade e fez uma breve explanação sobre o CCZ – Centro de Controle de Zoonoses, que em 2016
208 completou 20 anos, e que possui algumas frentes de trabalho bem consolidadas e organizadas. Uma
209 unidade do setor da saúde, sustentada pela verba SUS e regida pela Portaria nº 1.138/GM/MS, de 23 de
210 maio de 2014, que define as ações e os serviços de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle
211 de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde
212 pública. Atualmente o CCZ está organizado em 3 vertentes; a primeira refere-se ao controle da raiva, que
213 se desenvolve através das campanhas anuais no município, contando com cerca de 100 postos fixos no
214 município com vacinas fornecidas pelo Estado, e também postos móveis para lugares mais rurais de São
215 José dos Campos. Lembrou que além da campanha, a vacinação é realizada rotineiramente na unidade,
216 de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 16h30min. E, além disso, em caso de notificações de
217 morcegos, bem como cães e gatos com suspeita de raiva, ou mortos, são realizados o exame de PVR –
218 Pesquisa de Vírus Rábico, onde é retirada a massa encefálica desses animais e enviado para São Paulo,
219 para realizar o isolamento do vírus e orientando que em casos de suspeita não se deve colocar a mão no
220 animal, e aguardar a chegada da equipe do CCZ. Somente em 2013 foi constatado um caso de um
221 morcego infectado e que as precauções como campanhas locais, foram tomadas. Disse também que o
222 CCZ realiza a captura e tratamento de animais que estejam com doenças que podem ser passadas para o
223 homem ou que possam apresentar algum risco ao ser humano. Lembrou que há outras questões de
224 políticas públicas que estão sendo trabalhadas paralelamente, visando contemplar a questão do bem
225 estar animal. Informou que a estrutura do CCZ comporta alojamentos temporários, para os animais que
226 são recolhidos, e que a capacidade é de 120 cães e 15 gatos. Disse também que a unidade realiza
227 castrações, bem como vermifugação de todos os animais internos, possíveis de reabilitação e que possam
228 ser adotados. Além disso, a unidade conta um centro cirúrgico excelente, muito organizado e elaborado
229 para que se torne uma estrutura muito mais importante do que é atualmente. A segunda vertente da
230 atenção do CZZ vem da questão do programa Zoo Sanitário, que cuida de todas as vistorias através de
231 chamados, referentes a animais venenosos ou peçonhentos, como: escorpiões, cobras, carrapatos,
232 caramujos africanos, onde as demandas ocorrem através do sistema 156 ou pelo próprio telefone do CCZ,
233 e a equipe se desloca até o local, faz a remoção do espécime, bem como um estudo do local e orienta
234 como proceder para não propiciar a proliferação e entrada desses animais nas residências. Em alguns



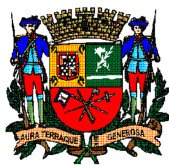
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 006 – 26/07/2017

7

235 casos é orientada a utilização de barreiras mecânicas, como ralos, telas etc., e quando detectado a
236 necessidade de limpeza das ruas, o CCZ se encarrega de enviar a demanda para secretaria de manutenção
237 da cidade, que é acionada para fazer a limpeza de bueiros e recolhimento de lixos, ações importantes
238 para manter a sanidade local. A terceira vertente diz respeito à vigilância entomológica, que seria o
239 acompanhamento dos artrópodes que transmitem doenças ao ser humano, no caso dos mosquitos que
240 são os que mais afetam os seres humanos, com as arboviroses, incluindo as doenças do Aedes, como
241 dengue, zika vírus, febre chikungunya além da febre amarela. Dentre as atividades que o CCZ, desenvolve
242 nessa vertente de combate as arboviroses, são realizados diversos trabalhos durante todo ano, onde
243 dentro do acumulado do ano, foram totalizados 348 casos até julho de 2017, considerado um panorama
244 muito bom. Entretanto, as ações de combate devem continuar, pois atualmente São José dos Campos
245 conta com 298 mil imóveis cadastrados, e de acordo com o Sispacto, é necessário que seja feita 4 visitas
246 em cada imóvel ao ano. Lembrou da epidemia de 2015, que obteve cerca de 14.000 casos e serviu para
247 que as ações de prevenção e combate fossem intensificadas e algumas estratégias repensadas.
248 Entretanto, quando comparadas com outras regiões que obtiveram cerca de 50.000 mil casos, esse
249 número não é tão expressivo se considerado com o número de habitantes. Apresentou um quadro
250 comparativo desde 2014, com a evolução das ações da semana epidemiológica, onde são quantificadas
251 questões como região, sazonalidade, entre outros. Notou-se também que a distribuição de incidências
252 por região, possui maior concentração na região sudeste, devido ao coeficiente de casos x número de
253 população. Lembrou que até o momento não houve casos de zika e chikungunya, apenas 3 casos de
254 chikungunya, importados de outras localidades e 9 casos de zika não confirmados. Fez uma breve
255 explanação sobre os sintomas da dengue, chikungunya e zika e de como ocorre a transmissão, lembrando
256 que em casos de suspeita, é orientado que seja repassado o mais breve possível para o CCZ, para que
257 entre com ações de extermínio dos mosquitos. Falou sobre o período de transmissibilidade e explicou os
258 ciclos das arboviroses, que conta com os ciclos intrínsecos, que refere a quando o homem passa a ser o
259 reservatório da doença, e o ciclo extrínseco, que se refere ao tempo em que o vírus se instala na glândula
260 salivar do mosquito. Lembrou da necessidade da utilização de repelentes, devido a possibilidade de
261 contaminação por outras arboviroses. Disse também que o CCZ, possuiu um laboratório, onde é feita a
262 coleta de todas as larvas, determinando e classificando quais os tipos e características específicas de cada
263 mosquito e falou sobre o ciclo de vida dos mosquitos, reprodução, entre outros aspectos. Disse que as
264 ações do CCZ consistem no casa a casa, com o objetivo de orientar, remover possíveis criadouros e dar as
265 alternativas de controle. Além disso, em caso de notificações, o CZZ mobiliza equipes, pontuando
266 moradia, removendo criadouros encontrados, bem como ações de nebulizações em alguns casos
267 específicos. Explicou sobre os PE, denominados pontos estratégicos, que são lugares que cuja atividade
268 propicia a proliferação de Aedes Aegypti, como por exemplo: borracharias, cemitérios, e os IE – São
269 imóveis não residenciais de médio e grande porte que apresentam maior importância na disseminação do
270 vírus da dengue, em situações de transmissão da doença, em função do grande fluxo e/ou permanência
271 de pessoas e, além disso, cuja complexidade das edificações favorece a proliferação do vetor. Falou
272 também sobre a ADL- avaliação de densidade larvária, que consiste na avaliação dos níveis de infestação
273 de uma determinada área geográfica, num dado momento e realizada normalmente em janeiro, junho e



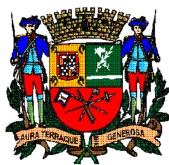
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 006 – 26/07/2017

8

274 outubro, sobre os mutirões realizados nos bairros e os índices de breteau e de recipientes positivos para
275 larvas de *Aedes aegypti* sobre o número de imóveis trabalhados. Encerrou sua apresentação, abrindo
276 espaço para dúvidas e possíveis questionamentos e o munícipe **Sr. Leandro**, disse que recentemente
277 houve um caso confirmado no bairro onde reside no Jardim Sul, que foi feita a nebulização no bairro e os
278 agentes passaram de casa em casa fazendo todo o trabalho de vistoria e combate a dengue. Parabenizou
279 a prefeitura, secretaria de saúde e o CZZ, pelo excelente trabalho que vem sendo realizado. A **Dra.**
280 **Margarete** agradeceu principalmente em nome dos agentes, pois são funcionários muito dedicados. O
281 **conselheiro Isídio**, membro da comissão de políticas públicas, falou sobre uma questão que tem
282 incomodado a área de saúde, no município e no Brasil inteiro, que é a judicialização da saúde. Disse que
283 em uma reunião da comissão de políticas públicas, esse assunto foi levado para discussão, visto que esses
284 processos têm ocasionado muitas despesas adicionais ao município. Informou que o Conselho Regional
285 de Farmácia vem desenvolvendo algumas atividades no estado, a fim de trazer esse assunto para debate,
286 por meio de um workshop, para levantar o cenário atual da judicialização na saúde, com a participação do
287 Ministério Público, membros do judiciário, Defensoria Pública, CRF-SP, profissionais da saúde e demais
288 interessados. O **conselheiro André** deu sequência na inscrição de informes e pronunciamento de
289 conselheiros, onde a **conselheira Jaqueline Menengrone** – segmento usuários levantou dois pontos, o
290 primeiro refere-se ao questionamento da UBS Cento II, solicitando normalização da distribuição de
291 medicamentos na unidade, como Omeprazol, que até o momento ainda encontra-se em falta. Falou
292 sobre uma sugestão do CGU da unidade, que sugere que a secretaria crie uma campanha para publicar à
293 comunidade a importância dos CGUs, especificando sua funcionalidade e como participar, através da
294 exposição de cartazes nas unidades, visto que a população não sabe qual o papel do CGU nas unidades,
295 por isso a adesão é sempre baixa. Outro ponto levantado foi referente ao CAPS, questionando como
296 ficará a evolução da unidade, pois foram recebidos dois novos profissionais, sendo um terapeuta
297 ocupacional e uma psicóloga, entretanto a unidade continua sem psiquiatra. Informou que a secretaria
298 disponibilizou dois psiquiatras para atenderem crianças no UPA Saúde Mental, mas há uma grande
299 dificuldade de conciliar o trabalho que é desenvolvido na unidade com esses profissionais, visto que eles
300 não podem participar das reuniões que ocorrem na unidade do CAPS Infantil para discussão de alguns
301 casos, e, além disso, houve muitas queixas por parte dos pais, alegando que os profissionais têm passado
302 doses excessivas de medicamentos, e que não estão habituados a trabalhar com crianças. Ressaltou que o
303 UPA Saúde Mental, não é um ambiente adequado para crianças, pois já houve casos das crianças estarem
304 esperando por atendimento e se depararem com adultos que chegam em estado de surto,
305 consequentemente as crianças acabavam se assustando e não conseguiam passar nas consultas. Solicitou
306 que tenha um psiquiatra dentro da unidade do CAPS Infantil, e que o Dr. Moisés que fazia hora extra na
307 unidade, informou que não atenderá mais na unidade, e que todos os psiquiatras chamados mediante
308 concurso, não mostraram interesse em trabalhar. Questionou como a secretaria irá solucionar essa
309 questão, como a unidade comportará novos profissionais na unidade, visto que o prédio não possui uma
310 infraestrutura adequada e por fim gostaria de informações, em relação à terapia de integração sensorial,
311 pois havia uma proposta de fazer uma sala de integração sensorial no CAPS, e que as fonoaudióloga e TO
312 da unidade foram treinadas para aplicar essa terapia que é tão importante para as crianças com autismo,



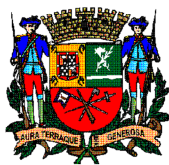
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 006 – 26/07/2017

9

313 onde infelizmente por uma questão burocrática não foi possível a compra de equipamentos para essa
314 sala. Gostaria de saber como secretaria irá solucionar esse problema, se o CAPS terá essa sala ou se
315 realizará parcerias com instituições que já possuem essa sala, como o PROVISÃO e o GAIA. O **conselheiro**
316 **Adelino** complementou dizendo que realmente grande parte da população desconhece os CGUs nas
317 unidades e que após o término das eleições dos CGUs, será feito um treinamento. Lembrou também que
318 no dia 4 de agosto haverá um curso para conselheiros na Câmara Municipal de extrema importância para
319 o conselho. O **conselheiro Hamilton** - segmento trabalhador, disse que atualmente trabalha na UBS Vila
320 Paiva e é responsável pelo grupo anti-tabaco da unidade, e que todo início do mês é iniciado um grupo
321 novo, com 4 reuniões realizadas ao mês, onde todos que concluem o grupo, tem seus nomes inseridos
322 em uma lista de espera para o CAPSAD. Porém já fazem 1 ano e 5 meses, que não é chamado nenhum
323 paciente, foi feita uma tentativa de contato com os responsáveis sem sucesso, e também não houve
324 retorno. E que recentemente foi feito o contato, e uma pessoa informou que o grupo no CAPSAD, estava
325 parado. Perguntou se ainda existe o grupo no CAPSAD, e qual a duração de cada grupo, a fim de repassar
326 essas informações aos pacientes da UBS. O **conselheiro Luiz Ricardo**, respondeu dizendo que a questão
327 da judicialização é algo preocupante e que ano após ano vem sendo acompanhados os gastos. E conforme
328 levantado na reunião passada, o conselheiro trouxe uma relação de gasto anual, onde em 2014 foram
329 gastos R\$ 996.000,00; em 2015 R\$ 1.818.000,00; em 2016 R\$ 3.412.000,00 e em 2017 segundo as
330 projeções até junho/17, foram totalizados R\$ 2.297.000,00, podendo chegar a aproximadamente 4
331 milhões até o fim do ano. Disse que os valores apresentados possuem uma crescente enorme, e que
332 aspectos como: agravamento da crise econômica, usuários advindos de planos de saúde, desemprego e
333 outras questões sociais, contribuem para que o número de processos de judicialização aumente. Além
334 disso, disse que a ajuda do CRF-SP, será bem vinda para que seja feita uma ação em conjunta com a
335 secretaria, e que atualmente a secretaria já disponibiliza um médico no auxílio ao juiz. Que entende a
336 necessidade de ampliação dessas parcerias, além da criação de equipes multidisciplinares que ofereçam
337 esse tipo de suporte e orientação aos juizes. O **conselheiro Adelino** complementou dizendo que de 2010
338 a 2015 houve um aumento de 900% no custo financeiro com judicializações no estado de São Paulo. O
339 **conselheiro Luiz Ricardo**, respondendo o questionamento da conselheira Jaqueline Menengrone, disse
340 que o medicamento Omeprazol já está disponível e que o medicamento estava em falta no mercado mas
341 que atualmente o problema foi já foi sanado, pois o medicamento chegou no início da semana. Disse que
342 a divulgação dos CGU's é de extrema importância, e que reforçar essa divulgação através de cartazes e
343 informativos é fundamental, lembrando que a proximidade junto à comunidade é essencial, para
344 prevenção de ações como furtos e arrombamentos nas unidades. Em relação à falta de profissionais,
345 disse que foi feito um esforço para a contratação de 2 TO's e psicólogos, e que em relação aos
346 psiquiatras, eram feitos pagamento de hora extra aos profissionais, e que já foram chamados todos os
347 psiquiatras dentro do concurso. Disse que será feita uma busca por alternativas para sanar esse déficit, e
348 que após um levantamento da criticidade da unidade, feito pela conselheira Jaqueline Menengrone,
349 através da comissão de acompanhamento e fiscalização e de políticas públicas, foi feita uma visita à
350 unidade do CAPS, reconhecendo que a unidade não está numa estrutura física adequada, e a secretaria se
351 compromete a levar a unidade para um local mais adequado. Referente à sala de integração sensorial,



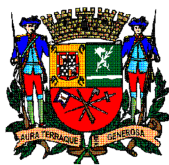
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 006 – 26/07/2017

10

352 falou que foram realizadas várias reuniões, envolvendo prestadores dentro do modelo da RAPS,
353 reconhecendo que esse equipamento é de necessidade, e um ponto chave no tratamento do autismo no
354 município. E que a sala será feita, mediante recurso próprio da prefeitura ou federal. O **conselheiro**
355 **André** deu início à manifestação dos munícipes inscritos nos primeiros 15 minutos da reunião. Lembrou-
356 se da presença do grupo Rede Social de São José dos Campos na reunião, um grupo no qual faz parte e
357 que consiste em um conjunto de pessoas que atuam no terceiro setor, que é o voluntariado. E que vem
358 realizando um trabalho fenomenal junto com algumas entidades no município. A **Sra. Rosa Maria de**
359 **Jesus**, voluntária do grupo e representando a Organização Social Holística Humanitária, uma entidade do
360 seguimento PCD, disse que há 25 anos a organização atua no cuidado de pessoas com deficiência, além
361 de suas famílias, promovendo melhoria na qualidade de vida. Após 25 anos de trabalho, fica feliz em
362 saber da existência da política nacional de práticas integrativas e complementares, pois antigamente esse
363 tipo de trabalho era pouco reconhecido. E que por muito tempo foram trabalhadas terapias que visam o
364 equilíbrio do ser humano, envolvendo questões físicas, emocionais e de relacionamento familiar e que a
365 visão holística percebe o ser humano como um todo, não sendo fragmentado. E depois de um tempo foi
366 integrado aos serviços, a área de adaptação e reabilitação integrada a visão holística que permite
367 perceber o ser humano e não apenas sua deficiência. Complementou dizendo que a organização, veio
368 oferecer ao SUS sua expertise no assunto e que gostaria que os serviços da entidade fossem
369 disponibilizados ao SUS, e colocados no plano plurianual do município. O **conselheiro André** agradeceu a
370 participação da representante e disse que o conselho entende que as Práticas Integrativas
371 Complementares - PICS são reconhecidas pelo SUS, e sugeriu que o assunto seja discutido na comissão de
372 políticas públicas, junto com a secretaria, pois se entende que são parcerias que devem ser consideradas.
373 Parabenizou a entidade pela atividade que vem sendo desenvolvida e que o assunto será discutido no
374 COMUS, com as comissões, juntamente com a secretaria e que uma resposta tão logo será encaminhada
375 a entidade. O **conselheiro Luiz Ricardo**, respondendo ao conselheiro Hamilton, disse que fez anotação
376 sobre seu questionamento e que será verificado e levantado o andamento do grupo anti-tabaco e que
377 será dada uma resposta sobre o assunto. A munícipe **Sra. Jane Lúcio**, da região sul – Parque Industrial,
378 usuária do SUS e integrante de uma comissão de gestão e defesa das vagas compartilhadas pelo hospital
379 regional de São José dos Campos, que será inaugurado em breve, e que após pronunciamento do
380 governador do estado de São Paulo – Geraldo Alckmin, dizendo que a princípio o hospital atenderá o
381 município e região do Vale do Paraíba. Entretanto em notas, foi divulgado que o hospital atenderá a
382 região do Alto Tietê, como Suzano, Mogi das Cruzes e grande São Paulo. Disse que foi feito um trabalho
383 com os integrantes da comissão, no qual dentro de uma semana foram colhidas 2000 mil assinaturas, e
384 pediu que fossem protocoladas e levadas aos órgãos competentes, juntamente com a prefeitura,
385 secretaria de saúde, COMUS e governador de estado. Solicitando que seja disponibilizada a maioria das
386 vagas para o município, tendo em vista que o terreno foi doado pela prefeitura de São José dos Campos e
387 por 20 anos de isenção de impostos. O **conselheiro Adelino** disse o documento será protocolado e
388 encaminhado para realização das tratativas. A **Sra. Silvia Macedo**, considerando de grande importância o
389 documento entregue pela comissão, fez a leitura do Ofício 22/2017, que diz: “Considerando que em
390 breve o hospital regional de São José dos Campos será inaugurado, com a oferta de 178 leitos, sendo 44



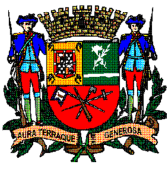
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 006 – 26/07/2017

11

391 de UTI, 9 salas cirúrgicas e um serviço de apoio diagnóstico por imagem, com atendimento de alta
392 complexidade e que o município contribuiu com a doação do terreno, isenção de impostos e até alteração
393 na lei orgânica para viabilizar a obra; E que diferente do proposto inicialmente, o governo do estado
394 alterou a área de abrangência que visava o Vale do Paraíba para incluir a região do Alto do Tietê,
395 conforme divulgado na imprensa pela DRS-17 (atendendo também cidades como Mogi das Cruzes e
396 Itaquaquecetuba), dobrando a população a ser atendida por um único hospital. Em razão disso
397 propomos, através desta resolução, que todos que atuam na área da saúde, os CGU, o COMUS, a
398 prefeitura de São José dos Campos e toda a população se unam para garantir junto ao governo do estado
399 que a maioria das vagas disponíveis sejam destinadas ao município e que haja a gestão conjunta dessas
400 vagas entre Estado e Prefeitura. Documento este assinado pela Sra. Jane Lúcio, Sr. Romildo Negromonte,
401 Sr. Leandro Gimenez e Sra. Sílvia Macedo. Disse também que a coleta de assinaturas irá continuar, e caso
402 alguém tenha interesse, basta procurar os membros da comissão. O **conselheiro Adelino**, disse que será
403 feito os devidos encaminhamentos, bem como o retorno. O **conselheiro Romildo Negromonte**, disse que
404 como o Governo do Estado está construindo o hospital, em um terreno doado pela prefeitura e com
405 isenção de impostos, solicita que a maioria das vagas sejam destinadas ao município de São José dos
406 Campos e que a sociedade inteira se mobilize, tendo em vista o grande número de pessoas esperando
407 atendimento na saúde. Parabenizou a secretaria pela implementação da UBS Resolve, na região do Dom
408 Pedro e disse que os moradores da região sudeste estão com dificuldades para coleta de sangue, tendo
409 que ser realizadas na Av. Ouro Fino. O **conselheiro Luiz Ricardo** agradeceu pela iniciativa dos
410 conselheiros, e que a secretaria deverá chegar a um entendimento com o Estado, para que o maior
411 número de vagas permaneça para o município, tendo em vista as altas demandas da região e objetivando
412 o desafogamento do Hospital Municipal, que hoje é referência para diversas cidades e outros estados. O
413 **Sr. Leandro Gimenez** representando a região sul, e membro da comissão em defesa da gestão
414 compartilhada dos leitos do Hospital Regional, disse que a comissão não é contra a vinda de outras
415 pessoas para tratamento na região, entretanto solicita que a população de São José dos Campos tenha
416 direito a um número maior de vagas e também que a prefeitura através de seu órgão competente,
417 participe ativamente da gestão dessas vagas. Além disso, disse que esteve presente em algumas unidades
418 da região sul, como: UBS Bosque dos Eucaliptos, UBS Jardim Satélite, UBS Jardim Oriente e UBS Chácaras
419 Reunidas, e questionando sobre a reunião do CGU na unidade Chácaras Reunidas, foi informado pela
420 gerente da unidade que o CGU encontra-se inativo, por falta de interesse da população. Reforçou o
421 pedido já feito anteriormente de divulgação dos CGU'S, bem como a importância da participação da
422 sociedade. A **Sra. Marli** da pastoral da criança, falou a respeito da UBS Campos de São José, dizendo que a
423 UBS possui uma demanda muito grande e que existem muitas crianças esperando atendimento
424 pediátrico, sendo que a UBS conta com apenas 1 pediatra, que atende crianças até os 6 meses de idade. E
425 que a pastoral da criança prioriza o atendimento pediátrico até os 2 anos de idade A **conselheira Carolina**
426 **Buck**, respondeu dizendo que dentro da puericultura tem-se a consulta compartilhada, onde o pediatra
427 atende em um intervalo com o enfermeiro. E na UBS Campos de São José, existe o médico da saúde da
428 família que também faz puericultura, sendo que o ideal é que dentro da estratégia da saúde da família
429 toda a criança da puericultura seja atendida pelo médico da saúde da família, pois possui vínculo com a



Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal de Saúde COMUS
de São José dos Campos



ATA ORDINÁRIA – Nº 006 – 26/07/2017

12

430 família da criança. E só é indicado atendimento com pediatra, em casos específicos que necessitem da
431 intervenção de um especialista. Esclareceu também que havia um déficit de médicos do programa Mais
432 Médicos e que foram recebidos 10 médicos brasileiros do programa Mais Médicos, além de alguns
433 médicos de Cuba que ainda estão em treinamento para conhecer o sistema municipal de saúde. Lembrou
434 que existe também um trabalho sendo realizado, referente ao credenciamento de médicos, objetivando
435 suprir o déficit de profissionais. O **conselheiro André** disse que a falta de profissionais, é um assunto que
436 já vem sendo discutido e de grande preocupação para o COMUS, secretaria de saúde e do município como
437 um todo, e que continuará sendo cobrado por parte do conselho, destacando a importância dos CGU's e
438 comunidade continuarem cobrando respostas e melhorias. O **Sr. Edson Barbosa**, disse que a UBS Parque
439 Industrial contava com 2 médicos Clínico Geral, um profissional veio a pedir demissão, contando somente
440 com 1 médico clínico geral para toda demanda da unidade. Pediu que a falta de RH fosse solucionada e
441 disse também que devido à falta de segurança, muitas pessoas têm estacionado seus carros no hospital
442 Clinicas Sul no local errado, chegando a atrapalhar casos de entrada de emergências no hospital. Pediu
443 que fossem tomadas providências, como por exemplo, a colocação de placas que sinalizem o local. Falou
444 também sobre um caso em que um rapaz com um determinado problema no olho, morador do bairro
445 Santa Inês, que quando atendido por um médico do hospital Provisão, foi diagnóstico com uma
446 determinada bactéria no olho, e que o tratamento passado foi apenas a aplicação de um colírio. E após 3
447 dias de aplicação do medicamento não houve nenhuma melhora, tendo assim que passar em uma
448 consulta particular em Pindamonhangaba devido a dor, tendo como diagnóstico glaucoma avançado,
449 comprometendo 80% de sua visão. Disse que o paciente foi encaminhado ao município de São José dos
450 Campos, pois a cidade de Pindamonhangaba não possui o suporte necessário, foram feitos 2
451 procedimentos sem sucesso, pois houve um descolamento da retina do mesmo. E que atualmente o caso
452 encontra-se a espera de uma cirurgia, que custa em torno de 5 mil reais. O **conselheiro Adelino** pediu
453 que os dados do paciente fossem entregues a secretária executiva do COMUS, Sra. Érika. E o **conselheiro**
454 **Luiz Ricardo**, disse que a questão do déficit de RH, está sendo tratado, e que a questão do
455 estacionamento será verificada e corrigida e em relação à questão relatada pelo Sr. Edson, disse que será
456 feito um levantamento do histórico de atendimento do município e orientou que casos pontuais como
457 este, sejam levados a ouvidoria da secretaria de saúde, 156 ou para o COMUS. O **conselheiro Adelino**
458 agradeceu a colaboração de todos e o **conselheiro Luiz Ricardo**, disse que espera ter suprido a ausência
459 do Dr. Osvaldo Huruta. Agradeceu a participação e interesse do pleno, considerando uma iniciativa muito
460 nobre. O **conselheiro André** agradeceu e parabenizou a todos os cidadãos de São José dos Campos, pelos
461 250 anos da cidade, construído com muita dedicação por toda população. Lembrou-se da conferência de
462 vigilância em saúde, que ocorrerá no dia 27 de julho de 2017. Não havendo mais nada a tratar, encerrou-
463 se a reunião às 20:13h